

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

1 Aos treze dias do mês de junho de dois mil e onze, às dez horas,  
2 na sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do  
3 Ceará, na sede da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-  
4 se para a 62ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do  
5 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a  
6 Presidência do **Dr. Germano Vieira da Silva**, Vice-Presidente do  
7 Conselho representando a **PGE** e as Conselheiras e Conselheiros  
8 adiante indicados: **Dr. Felipe Gomes Cavalcante**, representando a  
9 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra.**  
10 **Marilene da Páscoa Barros** - representando a Secretaria da  
11 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**; **Dr. Lauro**  
12 **Linhares Leite**, representando a Secretaria da Cultura do Estado  
13 do Ceará - **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a  
14 Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dra. Vanja**  
15 **Fontene Pontes**, representando o Centro de Apoio Operacional de  
16 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio  
17 Histórico e Cultural - **CAOMACE**. **Dr. João Gualberto Feitosa**  
18 **Soares**, representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa  
19 do Consumidor - **DECON**; **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes** -  
20 representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará -  
21 **SEFAZ**; Justificou Ausência: o representante da Secretaria do  
22 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR** e o representante da 1ª  
23 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -  
24 **PJMA**. Faltaram: o representante da Assembleia Legislativa do  
25 Estado do Ceará - **AL**. Sem Representação: as 03 (três) ONG's. **Dr.**  
26 **Germano Vieira da Silva** cumprimentou a todos e verificando a  
27 existência de quorum iniciou a sessão. Primeiro Ponto: Aprovação  
28 das atas da 61ª Reunião Ordinária, 14ª e 15ª Reuniões  
29 Extraordinárias. Todos têm? Eu pergunto se alguém não recebeu a  
30 Ata da 61ª Reunião Ordinária. Foi enviada por e-mail. Eu recebi.  
31 Quem mais não recebeu? **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Eu. **Dr.**  
32 **Germano Vieira da Silva** - Quem mais não recebeu? **Maria Ivonete**  
33 **Batista Albuquerque** - Enviei a Ata para o e-mail do CONPAM e  
34 solicitei a Secretária para que passasse a mesma ao  
35 representante do órgão no FDID, pois liguei várias vezes para  
36 confirmar o recebimento, mas não consegui encontrá-lo. **Dr.**  
37 **Germano Vieira da Silva** - Eu acho interessante facultar a ata a  
38 todos. Eu entendo que cada um de nós tem muitas atribuições nos  
39 respectivos órgãos, e estamos aqui para colaborar. Eu sei que é  
40 um procedimento simples, mas temos que ter conhecimento. Acho  
41 que todos devem ter conhecimento da ata para aprovar. Eu jamais  
42 iria aprovar uma coisa que eu não conheço. **Maria Ivonete Batista**  
43 **Albuquerque** - Sugiro que as atas fiquem para aprovação na  
44 próxima reunião. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu acho  
45 interessante, porque se alguém não leu ou não viu, é importante  
46 ser repassada a todos. Então vamos prorrogar a aprovação das

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

47 atas para a próxima reunião. Sugestão aceita pelos Conselheiros.  
48 Segundo Ponto: Apresentação do demonstrativo dos valores  
49 recolhidos ao FDID referente aos meses de abril e maio de 2011.  
50 Eu tenho aqui e pergunto se alguém não tem o relatório dos  
51 depósitos. Todos têm. Vou ler o resumo. Mês de Abril de 2011 - O  
52 saldo do exercício anterior que foi de R\$ 2.332.622,85 (dois  
53 milhões, trezentos e trinta e dois mil seiscentos e vinte e dois  
54 reais e oitenta e cinco centavos), depósitos de R\$ 88.689,65  
55 (oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e  
56 sessenta e cinco centavos), rendimentos de R\$ 19.051,12 (dezenove  
57 mil, cinquenta e um reais e doze centavos) e saldo global de R\$  
58 2.440.363,62 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos  
59 e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) Confere? Mês  
60 de Maio de 2011 - O saldo do exercício anterior que eu acabei de  
61 falar foi de R\$ 2.440.363,62 (dois milhões, quatrocentos e  
62 quarenta mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e  
63 dois centavos), depósitos de R\$ 102.640,82 (cento e dois mil,  
64 seiscentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos),  
65 rendimentos de R\$ 23.438,65 (vinte e três mil, quatrocentos e  
66 trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e saldo global  
67 de R\$ 2.566.443,09 (dois milhões, quinhentos e sessenta e seis  
68 mil, quatrocentos e quarenta e três reais e nove centavos).  
69 Confere? Vamos para o Terceiro Ponto: Distribuição aos  
70 Conselheiros dos projetos apresentados em 2011 para análise e  
71 relatoria. A distribuição é para que nós possamos analisá-los.  
72 Como é a primeira oportunidade que vejo a distribuição dos  
73 projetos, eu quero que a Ivonete me auxilie. Eu tenho a relação  
74 dos projetos que serão distribuídos. O primeiro é Processo nº  
75 6624/2011-6, Projeto "Reaparelhamento e Modernização do Ministério  
76 Público" quem propõe é a Procuradoria Geral de Justiça e coube à  
77 SECULT que pode levar em mão. Eu vou falar da distribuição e a  
78 quem coube cada um, e ao final esclarecer alguns pontos que  
79 estão no ofício que está encaminhando. Em princípio vou ler a  
80 distribuição. O Lauro da SECULT está recebendo o projeto  
81 proposto pela PGJ. O segundo é o Processo nº 6739/2011-2,  
82 Projeto "Certificado Praia Limpa" apresentado pelo Conselho de  
83 Políticas e Gestão do Meio Ambiente e coube a SECITECE -  
84 Marilene. O Terceiro é o Processo nº 6742/2011-6, Projeto "Ceará  
85 Carbono Zero" apresentado pelo Conselho de Políticas e Gestão do  
86 Meio Ambiente a ser distribuído a PGE, no caso eu estou  
87 recebendo. O Quarto é o Processo nº 6744/2011-2, Projeto "Manejo  
88 Sustentável da Produção Agropecuária" apresentado pelo Conselho  
89 de Políticas e Gestão do Meio Ambiente a ser distribuído à SESA  
90 - Rimena. O Quinto Processo nº 6745/2011-9, Projeto "Prevenção,  
91 Monitoramento, Combate de Queimadas e Combate aos Incêndios  
92 Florestais" apresentado pelo Conselho de Políticas e Gestão do

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

93 Meio Ambiente a ser distribuído ao colega do PJMA. **Maria Ivonete**  
94 **Batista Albuquerque** - O Dr. Raimundo Batista representante da  
95 PJMA esteve aqui, assinou a lista de presença, esperou o início  
96 da reunião, mas como estava demorando e ele tinha outro  
97 compromisso, ele teve que se ausentar e pediu para informar ao  
98 Conselho. O Sexto Processo nº 6746/2011-7, Projeto "Selo Município  
99 Verde" proposto pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio  
100 Ambiente a ser distribuído ao CAOMACE. Eu quero saber o que é  
101 CAOMACE. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - É o Centro de Apoio  
102 Operacional ao Meio Ambiente que é dirigido pela Dra. Sheila  
103 Cavalcante Pitombeira, que eu estou hoje aqui representando. **Dr.**  
104 **Germano Vieira da Silva** - Uma dúvida: Nas reuniões anteriores  
105 ele foi presente. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Sim, e ele  
106 sempre foi da composição do FDID. **Dr. Germano Vieira da Silva** -  
107 A minha dúvida é que eu sou novo no Conselho e eu não lembrei.  
108 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Somos nós dois. **Dr. Germano Vieira**  
109 **da Silva** - Seja bem vinda. O Sétimo Processo é o de nº  
110 6777/2011-2, Projeto "Do Idoso - De Bem com a Vida" proposto  
111 pela Prefeitura municipal de Itaitinga, a ser distribuído ao  
112 representante do DECON - João Gualberto. O oitavo Processo nº  
113 6915/2011-8, Projeto "Coletando Papel e Reciclando a Cidadania"  
114 apresentado pela Prefeitura Municipal de Jaguaruana, a ser  
115 distribuído a representante da SEFAZ - Helena. O Nono Processo  
116 nº 7183/2011-2, Projeto "Esse Manguê é Nosso" apresentado pela  
117 Prefeitura Municipal de Itarema a ser distribuído ao  
118 representante da SETUR. O representante da SETUR não está  
119 presente. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - O Representante da  
120 SETUR está doente, a secretária dele avisou por telefone. **Dr.**  
121 **Germano Vieira da Silva** - Como é um ônus para esse conselho  
122 aqui, e há uma responsabilidade correspondente, eu acho que nas  
123 nossas atas constem esses detalhes. Que o representante não veio  
124 e avisou, eu acho interessante, Ivonete. **Dr. João Gualberto**  
125 **Feitosa Soares** - Justificou, não é? **Dr. Germano Vieira da Silva**  
126 - Sim. É importante constar na ata. O Décimo Processo nº  
127 8031/2011-2, Projeto "Participação e Cidadania na revitalização  
128 do rio Jaguaribe em Jaguaruana" apresentado pela Prefeitura  
129 Municipal de Jaguaruana a ser distribuído à AL. **Dra. Maria do**  
130 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu vim dar bom dia, dar minha  
131 presença e sair em seguida, pois eu estava no Bom Jardim fazendo  
132 mediação de conflitos. Bom e você é Vice-Presidente, então  
133 assumo na sua integralidade a Vice-Presidência. Obrigada e  
134 desculpe-me. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Está bom. Então  
135 pessoal, todos os processos que eu acabei de ler, eles já foram  
136 distribuídos e estão sendo encaminhados. Os representantes que  
137 estão aqui vão receber no final da reunião, cada um, o processo  
138 que lhe foi distribuído. A Ivonete vai entregar a cada um de

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

139 vocês, agora, aos que estão presentes, é obvio, o processo,  
140 certo? Antes da distribuição é bom ressaltar alguns pontos do  
141 ofício que lhe está sendo encaminhado. O primeiro é que nós  
142 todos temos que analisar o processo no prazo até a próxima  
143 reunião do Conselho, que vai se dar no dia 11 de julho de 2011.  
144 Eu imagino que esse ofício errou neste ponto, mas desconsiderem.  
145 Para todos os efeitos, para que não tenha de refazer todos os  
146 ofícios, eu imagino que a gente tem que refazer os ofícios para  
147 os que não estão presentes. Aos que estão presentes, eu vou  
148 dispensar a Ivonete aqui. Aos que estão presentes considerem  
149 essa data 11 de julho de 2011. Então, nós temos até esta data,  
150 próxima reunião do Conselho para que esses processos sejam  
151 apresentados com os respectivos relatórios. Todos nós vamos  
152 fazer a análise e um relatório sobre o que entendeu desse  
153 projeto. É importante ressaltar ainda, e está bem explicado no  
154 ofício, que o membro do Conselho que analisar o processo e  
155 entender que deve fazer uma diligência a mais, ou verificar que  
156 algum documento não está dentro do processo, ou seja, todas  
157 aquelas diligências que cada um de nós membro do Conselho  
158 entender que é importante antes de fazer a análise e proceder o  
159 relatório, está facultado a fazê-la previamente. Então eu acho  
160 que o mais importante é isto. E na próxima reunião de 11 de  
161 julho, o relatório já deve estar feito e entregue. **Dr. Lauro**  
162 **Linhares Leite** - E com a realização das diligências anotar o  
163 prazo ou é esse o prazo, tendo em vista que algumas diligências  
164 podem ser que levem cerca de mais de um mês? **Maria Ivonete**  
165 **Batista Albuquerque** - As diligências devem ser realizadas dentro  
166 desse prazo, pois na próxima reunião o projeto já deve vir com a  
167 análise e o relatório. **Dr. Lauro Linhares Leite** - Fechado. **Dr.**  
168 **Germano Vieira da Silva** - É verdade. Eu lembro até que nas  
169 reuniões anteriores algumas cartas-consultas que passaram pela  
170 análise dos membros, muitas vezes este não pode vir para a  
171 reunião, mas mandou o processo com o relatório. É importante que  
172 tenhamos esse cuidado para que na próxima reunião já venha com  
173 essa nossa incumbência realizada, certo? Antes de encerrar esse  
174 ponto da pauta, para a gente agilizar aqui, na reunião anterior  
175 foram aprovadas 12 (doze) cartas-consultas. Ao serem aprovadas,  
176 foram enviadas aos proponentes a solicitação para que eles  
177 apresentassem os respectivos projetos diante do que ficou  
178 definido aqui no Conselho, que os projetos teriam que ser  
179 providenciados após a aprovação das cartas-consultas. Isso foi  
180 feito. Foram aprovadas as cartas-consultas e em relação a cada  
181 uma delas foi enviada uma solicitação para que os respectivos  
182 proponentes apresentassem os projetos. Dessas 12 (doze) cartas-  
183 consultas aprovadas, 02 (duas) os proponentes não apresentaram  
184 os projetos. Um deles foi o Processo nº 6683/2011-2 que foi

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

185 proponente a Sociedade Pestalozzi de Barbalha. Há dentro do  
186 processo o comprovante de que foi encaminhada a solicitação, foi  
187 oficiado o proponente, inclusive com o aviso de recebimento que  
188 de fato este recebeu a solicitação para que apresentasse o  
189 projeto dentro do prazo. No entanto, esse proponente não  
190 apresentou o projeto, logo o processo vai ser arquivado. Foi  
191 para dar conhecimento ao Conselho. O outro que não foi  
192 apresentado foi o do Processo nº 6688/2011-1 da Associação  
193 Comunitária de Assistência à Família - ACOAFA, do município de  
194 Missão Velha. Da mesma forma, foi aprovada a carta-consulta, foi  
195 oficiado ao proponente para que apresentasse o projeto. Está  
196 aqui o ofício de recebimento, ele recebeu, no entanto, não  
197 apresentou o projeto. Da mesma forma, vai ser arquivado. Só para  
198 constar, aqueles membros que não se fizeram representar vão  
199 receber os respectivos projetos que lhes foram distribuídos.  
200 Quarto Ponto da Pauta: Deliberação sobre a solicitação da  
201 Procuradoria Geral do Estado referente ao Convênio de  
202 Descentralização de Crédito Orçamentário nº 01/2088 e ao Termo  
203 de Descentralização de Crédito Orçamentário nº 01/2009. É  
204 interessante que eu explique esse Quarto Ponto. Nós vamos  
205 deliberar sobre uma solicitação da Procuradoria Geral do estado  
206 no que se refere a projetos que foram aprovados aqui em reuniões  
207 anteriores, e que em virtude de algumas questões burocráticas,  
208 diríamos assim, esse projeto ainda não foi de fato colocado em  
209 execução. Entre outros motivos, pela questão da burocrática da  
210 licitação. O projeto foi aprovado, aquela verba que vai ser  
211 demitida do Fundo para a Procuradoria foi aprovada, no entanto,  
212 o Estado como ente público que é, precisa seguir alguns ritos  
213 antes de proceder ao dispêndio desses valores. É por conta de  
214 que há determinado prazo para que o projeto seja posto em  
215 execução, é que nós estamos aqui. Estou falando agora pela  
216 Procuradoria, e estamos aqui para solicitar que haja uma  
217 prorrogação dessa execução, desse projeto, em virtude desses  
218 motivos que estou expondo aqui, entre eles, a questão da  
219 licitação que não se ultimou, para que seja indicado o  
220 fornecedor, ou seja, defendo aqui a Procuradoria no sentido de  
221 que há um motivo legítimo para esse atraso. E pela ordem,  
222 continuando com o que eu vinha expondo, estou aqui em mão com a  
223 solicitação realizada pela Procuradoria Geral do Estado. No  
224 entanto, por questão realmente de protocolo, só agora a Ivonete  
225 conseguiu encontrar o ofício. Eu acho justo que cada um dos  
226 membros que vai votar essa prorrogação que é solicitada pela  
227 Procuradoria, tenha acesso ao que está sendo solicitado aqui.  
228 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Só uma observação: Esses  
229 dois processos teriam que ser vistos pela Assessoria Jurídica, e  
230 eles não foram por conta do tempo que foi recebido. Foram

231 enviados sexta-feira, não foi doutor? **Dr. Germano Vieira da**  
232 **Silva** - Exato. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Não deu tempo  
233 para fazer a análise. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Só um  
234 esclarecimento, até porque eu estou aqui representando o  
235 CAOMACE, mais precisamente a Dra. Sheila, e como eu vou ter que  
236 votar, preciso me inteirar. Toda vez que há uma solicitação  
237 dessas, é regra, é norma passar pela Assessoria? Então eu acho  
238 que não pode ser votada hoje, se tiver que passar pela  
239 Assessoria. É assim? **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - Não chega  
240 a ser uma norma, é porque o Conselho se respalda, se resguarda  
241 no parecer da Procuradoria. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu  
242 estou pedindo os esclarecimentos. **Dra. Marilene da Páscoa Barros**  
243 - É bom ver a parte legal. É mais uma prática do Conselho. **Dra.**  
244 **Vanja Fontenele Pontes** - Não existe nenhuma norma vinculando o  
245 parecer da Procuradoria, da Assessoria antes? Porque se estiver  
246 em norma, nós teremos que obrigatoriamente submetê-los. **Dr.**  
247 **Germano Vieira da Silva** - É razoável a sua colocação, mas eu  
248 também como sou novo no Conselho vou perguntar a Ivonete. Existe  
249 de fato uma norma proibitiva para que se delibere sem o parecer  
250 da Assessoria? Porque se houver a norma proibitiva, eu não vejo  
251 problema porque a razão de ser dessa solicitação, ela está bem  
252 posta aqui. Eu vou realmente facultar o acesso a todos porque eu  
253 acho justo, e é um motivo legítimo. **Dra. Vanja Fontenele Pontes**  
254 - A minha colocação é só no sentido de uma distribuição legal,  
255 de uma obediência a um dispositivo legal. Se não tiver essa  
256 norma, então não há porque a gente não votar. **Maria Ivonete**  
257 **Batista Albuquerque** - No art. 13 da Resolução nº 07/2007 - Da  
258 Alteração dispõe:... **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu vou ler o  
259 dispositivo da Resolução para deixar claro para todos.  
260 "*Capítulo IV - Da Alteração - Art. 13 - O Convênio ou Plano de*  
261 *Trabalho somente poderá ser alterado mediante termo aditivo,*  
262 *após análise da proposta devidamente justificada e aceita pelo*  
263 *titular do órgão ou entidade concedente, devendo o pedido ser*  
264 *apresentado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em*  
265 *relação ao término da avença".* Então essa análise jurídica eu  
266 não vejo ela como precedente necessário, a não ser que algum dos  
267 membros entenda de forma diferente. **Dr. João Gualberto Feitosa**  
268 **Soares** - Pelo menos nessa norma ai não consta. **Dra. Marilene da**  
269 **Páscoa Barros** - Não trata de alteração de projeto. Eu acho que é  
270 só prorrogação. **Dr. Germano Vieira da Silva** - É só a  
271 prorrogação. Nesse caso eu repito, trata-se de uma solicitação  
272 decorrente de uma razão que eu diria, uma razão bastante  
273 aceitável por se tratar de uma licitação que a Procuradoria está  
274 fazendo para que essa verba que é dinheiro público, ela seja  
275 gasta de forma legal através de um fornecedor que execute esse  
276 projeto de forma legítima. Então, essa é a razão fundamental do

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

277 pedido de prorrogação. E eu pergunto até como interessado também  
278 representando a interessada no caso. Eu pergunto se há alguma  
279 dúvida dos membros em relação a esse motivo. Se necessitam para  
280 votar que eu enquanto representante da Procuradoria aqui no  
281 Conselho esclareça pontos dessa licitação, porque até esse  
282 momento ela não se ultimou. Acho eu que o motivo em si exposto,  
283 ele já é por si só razoável, contundente. Mas pergunto se algum  
284 dos membros interessa de algum esclarecimento a mais. Essa é a  
285 razão inclusive exposta na solicitação da Procuradoria Geral do  
286 Estado. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** - Eu solicito que  
287 Vossa Excelência leia os termos do ofício. **Dr. Germano Vieira da**  
288 **Silva** - Pois não. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - A própria lei  
289 tem alterações quando existem casos supervenientes. É esse caso  
290 ai. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Ofício PGE endereçado a  
291 "Excelentíssima Senhora Maria do Perpétuo Socorro França Pinto,  
292 Presidente do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do  
293 Ceará - FDID. Senhora Presidenta do CEG/FDID. Solicito os  
294 necessários préstimos de V.Exa. no sentido de encaminhar à  
295 consideração do CEG/FDID proposta de readequação do Plano de  
296 Trabalho, relativo ao projeto Contribuindo para a construção de  
297 um modelo de gestão de procedimentos através do Ciclo de  
298 Seminários PROTEÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E AMBIENTAL DO  
299 CEARÁ, já aprovado por este Conselho conforme Termo de  
300 Descentralização de Crédito Orçamentário Nº01/2009, processo nº  
301 4909/2009-7. A prorrogação se faz necessária uma vez  
302 que, considerando o tempo entre a realização do procedimento para  
303 a realização da licitação do próximo certame e a data da  
304 conclusão do Plano de Trabalho (Junho/2011), não há tempo hábil  
305 para a execução de todas as atividades previstas no Plano de  
306 Trabalho. Diante do exposto, solicito, prorrogar o prazo para  
307 dezembro de 2011. Atenciosamente, Fernando Antônio Costa de  
308 Oliveira. Procurador-Geral do Estado". A solicitação é que se  
309 prorrogue de julho a dezembro de 2011. E ai a Procuradoria teria  
310 um pouco mais de tempo para ultimar a licitação e poder iniciar  
311 a execução. Acompanha o ofício aqui outros documentos, e eu  
312 faculto a qualquer dos membros se interessar, se achar que a  
313 solicitação está bem posta, se o motivo é legítimo, eu já  
314 colocaria aqui em votação. Se acharem necessário mais algum  
315 esclarecimento, eu estou aqui com a Marcela, nossa colega de  
316 trabalho, para esclarecer mais algum ponto. A licitação não se  
317 ultimou por conta dos trâmites administrativos que todos nós  
318 sabemos que demanda um tempo, e muitas vezes esse tempo ele não  
319 é o que nós esperamos, e em função disso, nós estamos  
320 solicitando essa prorrogação de prazo. **Dr. Lauro Linhares Leite**  
321 - Pergunto a V. Exa. se o Plano de Trabalho para a execução do  
322 projeto ele foi alterado para o final de 2012 ou então julho de

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

2012, porque se pede a prorrogação para continuação da análise do projeto, dezembro de 2011, como foi questionado, não é? Só vai ter execução do projeto para 2012? Então é necessário que tenha um plano de trabalho atualizado também, projetado para o ano seguinte. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu vou passar para a Marcela que ela está acompanhando o plano de trabalho. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - Outro questionamento que eu faço é: como ele vence em junho, o processo foi dado entrada bem antes? A data de vigência é 02 de junho de 2011? **Dr. Germano Vieira da Silva** - É junho de 2011, e o processo de solicitação foi dado entrada em tempo hábil. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - Nós estamos analisando extemporaneamente, mas foi dado entrada em tempo hábil. Hoje são 13 de junho. **Dr. Germano Vieira da Silva** - A vigência é até 30 de junho. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - É 30 de junho, e não 02 de junho. Eu entendi dizer que era 02 de junho. **Dr. Germano Vieira da Silva** - 30 de junho para apreciar. É por isso que a gente, eu e a Marcela estamos apreensivos para que a solicitação seja apreciada hoje, e não depois, porque na próxima reunião já venceria. **Marcela Saldanha** - Só para explicar: Nós temos aí 02 (dois) projetos que estão sendo solicitadas as prorrogações. Um deles é só reaparelhamento. Então, em que fase estamos? Já temos contrato assinado com 03 (três) equipamentos, e está numa conversa com o FDID para poder executar esse contrato. Esse projeto é de 2008, ele já está na terceira licitação, e a gente teve 03 (três) itens que foram fracassados. Conversamos com o pessoal de TI da PGE e eles acreditam que até o final do ano esse de 2008 estará findado, executado. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Marcela, só um minuto. Esse por um acaso é aquele que há necessidade de uma readequação só do contrato? **Marcela Saldanha** - Exatamente. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Esse primeiro projeto tem um probleminha que eu diria que é fácil de resolver. Já houve a licitação, está pronto para executar, no entanto, a Estado, esse dinheiro vem do Fundo do qual nós somos Conselheiros Gestores. Então, o que ocorre é que esse dinheiro é para o projeto da Procuradoria Geral do Estado. A PGE fez a licitação, no entanto, quando nós fomos fazer o contrato para o executor imediato lá, o vencedor, houve uma dificuldade aqui com relação a redação desse contrato. Porque inclusive a Ivonete nos passou que é necessário que esse contrato seja feito com a interveniência também do Fundo. Maria Ivonete Batista Albuquerque - O convênio é feito com o Fundo através do Conselho Gestor, e tem uma Portaria que dá poderes ao Procurador-Geral do Estado agir como se a Dra. Socorro fosse. Então todo o contrato e compra que for realizada deve ser em nome do Fundo, e não em nome da PGE. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu achei essa situação um pouco *sui generis*, porque o contrato



ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

369 administrativo ele é assinado por quem fez a licitação. O  
370 aspecto jurídico envolvido no contrato administrativo quem  
371 assina seria a entidade licitante. **Dr. João Gualberto Feitosa**  
372 **Soares** - Depois haveria a necessidade da transferência dos bens  
373 para o autor do projeto. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** - O  
374 contrato é um termo que seria entre o vencedor e a PGE. Agora  
375 existe uma Portaria designando o ordenador de despesa. Pelo que  
376 é designado o ordenador de despesa pelo Fundo, a PGE é quem é  
377 mesmo o contratante. Agora, mediante a designação, faz a própria  
378 nota de empenho mais quem paga é o Fundo. **Dr. Germano Vieira da**  
379 **Silva** - Então, esse primeiro processo vejo que não há problemas  
380 maiores. Há uma questão formal que inclusive já está sendo  
381 resolvida. É só a redação do contrato. Já o Segundo processo eu  
382 vou pedir a Marcela que esclareça. **Marcela Saldanha** - O Segundo  
383 processo é a realização realmente de seminários. Então nesse  
384 olhar, talvez a gente precisasse fazer alteração do plano de  
385 trabalho para 2012. A gente não fez essa solicitação porque  
386 acredito que só pode votar dentro do ano, não é isso? A gente  
387 tem que ver a possibilidade de prorrogar para julho de 2012, e é  
388 essa a informação que a gente sabe que só pode prorrogar dentro  
389 do corrente ano. No final do ano a gente teria que prorrogar  
390 para fazer a licitação até o final do ano, para executar em  
391 2012. Essa é a informação que a gente tem. **Dr. Germano Vieira da**  
392 **Silva** - Nesse primeiro caso, eu acho razoável a prorrogação  
393 porque como disse a todos, é uma questão formal, inclusive esse  
394 contrato já que deve estar até feito. Foi readequado conforme o  
395 conveniente. Então é uma questão formal. Já esse segundo, a  
396 licitação está em andamento. Então eu não acho razoável que  
397 diante de um projeto que foi devidamente analisado aqui no  
398 Fundo, foi aprovado, é a favor de uma finalidade que já foi  
399 debatida aqui. Outra coisa é em favor de um ente público. Embora  
400 eu represente o interessado, mas eu acho razoável a prorrogação.  
401 **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** - É um interesse coletivo  
402 também porque é meio ambiente. **Dr. Germano Vieira da Silva** -  
403 Exato. É interesse coletivo. Até porque eu tive oportunidade de  
404 participar de um desses seminários e eles são facultados o  
405 acesso a todos. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** - Eu  
406 participei das reuniões em que foi feita a readequação do  
407 projeto inicial, inclusive com a retirada de um veículo 4.4, e  
408 tudo o mais foi aprovado. E eu mesmo me pergunto: e aquele  
409 seminário da PGE? Eu leio jornal todos os dias e eu perguntei a  
410 Ivonete pelos seminários, e agora retornando ao Fundo, que eu já  
411 fiquei mais de um ano sem participar, e aqui eu vejo que não foi  
412 feito nada, não é? **Marcela Saldanha** - Não foi feita a licitação  
413 e a gente tem que ver como pode andar... **Dr. João Gualberto**  
414 **Feitosa Soares** - Realmente só vai ser executado... Esse segundo

415 projeto são mais ações educativas, seminários em Jericoacoara,  
416 nas APAS, Guaramiranga, Canoa Quebrada, Cariri. **Marcela Saldanha**  
417 - Exatamente... o que demora é o procedimento da licitação. Esse  
418 segundo é mais complicado do que o primeiro. O primeiro é só  
419 equipamento. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - O primeiro é só uma  
420 questão de adequação formal do contrato. **Dr. Germano Vieira da**  
421 **Silva** - Que já está feito. **Marcela Saldanha** - Ele não andou  
422 porque não houve essa adequação... O segundo nós estamos  
423 esperando para ver como vai ficar a questão da licitação e  
424 contrato. **Dr. Germano Vieira da Silva** - O primeiro, ele pode  
425 diante da situação que foi posta, ser executado até amanhã.  
426 Assinou o contrato já pode estar pronto amanhã. A gente está  
427 pedindo para dezembro de 2011. Os contratos já estão adequados,  
428 assinados. Então, é uma questão formal que como disse, é fácil  
429 de resolver e já foi resolvida. **Marcela Saldanha** - Só para  
430 complementar Germano, essa exigência surgiu quando o contrato  
431 veio para cá para ser publicado no Diário, não foi isso,  
432 Ivonete? E o FDID verificou essa questão textual. **Dr. Germano**  
433 **Vieira da Silva** - Então pergunto aos membros se há necessidade  
434 de algum esclarecimento ou se posso pôr em votação. Há  
435 necessidade de mais um esclarecimento? Então esse é o objeto da  
436 solicitação. Prorrogação para dezembro de 2011, basicamente os  
437 dois. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** - Vai colocar um de cada  
438 vez? **Dr. Germano Vieira da Silva** - É. Bom pessoal, vou colocar  
439 em votação aqui a primeira solicitação que é o processo nº  
440 15442/2011, solicitação da Procuradoria Geral do  
441 Estado, representada pelo seu Procurador-Geral, Fernando Antônio  
442 Costa de Oliveira. O objeto que inclusive está na frente do  
443 processo que foi encaminhado à consideração do FDID e a proposta  
444 de readequação do Plano de Trabalho. Essa readequação é  
445 justamente a prorrogação de prazo até dezembro de 2012, 2011.  
446 Desculpe-me, dezembro de 2011. Eu vou pôr em votação nesse  
447 sentido, pode ser? Vou começar pela representante do CAOMACE.  
448 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu concordo com a prorrogação. **Dr.**  
449 **João Gualberto Feitosa Soares** - Eu concordo e sugiro até que a  
450 Douta Procuradoria Geral do Estado designe formalmente uma  
451 pessoa no sentido de que ultime todas as providências e que seja  
452 encerrado esse procedimento. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu  
453 vou usurpar um pouco a competência do geral aqui, e vou designar  
454 a Marcela. Aceita Marcela? **Marcela Saldanha** - Sim. **Dr. Germano**  
455 **Vieira da Silva** - A representante da SEFAZ. **Dra. Antônia Helena**  
456 **Teixeira Gomes** - concordo com a prorrogação sem nenhuma objeção.  
457 **Dr. Germano Vieira da Silva** - O representante do CONPAM. **Dr.**  
458 **Felipe Gomes Cavalcante** - CONPAM a favor. **Dra. Marilene da**  
459 **Páscoa Barros** - SECITECE a favor. **Dr. Lauro Linhares Leite** -  
460 SECULT também aprova. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Pessoal, me

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

461 perdoem, mas houve uma inversão aqui. Há dois projetos: um de  
462 2008 e outro de 2009. Eu deveria ter começado pelo projeto de  
463 2008 e comecei pelo projeto de 2009, mas o fato é que o de 2009  
464 já foi. Então, vou colocar aqui em votação a mesma solicitação  
465 de readequação e prorrogação do prazo do de 2008. Vou começar  
466 pela representante do CAOMACE. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -  
467 Concordo com a solicitação da PGE. **Dr. Germano Vieira da Silva** -  
468 Só para constar, como eu sou interessado, não votei. E a Rimena,  
469 me desculpe, tenho um débito muito grande contigo. O voto da  
470 representante da SESA para o projeto de 2009. **Dra. Rimena Alves**  
471 **Praciano** - Voto com a prorrogação e eu quero fazer uma ressalva:  
472 que seja priorizada a execução desses convênios, porque nós já  
473 estamos no exercício financeiro de 2011 e ainda estamos  
474 aprovando a prorrogação dos convênios de 2008 e 2009. Vamos ver  
475 se a gente acelera isso aí. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu  
476 quero fazer um pedido de perdão formal aqui a Rimena, porque na  
477 primeira reunião que eu vim cometi a mesma gafe acho que uma ou  
478 duas vezes. Na segunda, eu me redimi, mas dessa vez eu incorri  
479 novamente no mesmo erro, mas não vai acontecer mais se Deus  
480 quiser. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - As próximas votações  
481 começam por ela. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato. Esse de  
482 2009 foi aprovado. Eu queria constar aqui. Foram 07 (sete) votos  
483 a favor e 01 (uma) abstenção. Agora vamos votar o de 2008. A  
484 mesma solicitação. Então eu vou começar pela Rimena,  
485 representante da Secretaria da Saúde. **Dra. Rimena Alves Praciano**  
486 - De acordo com a solicitação da PGE. **Dr. Germano Vieira da**  
487 **Silva** - A PGE se abstém. O voto do representante da SECULT. **Dr.**  
488 **Lauro Linhares Leite** - De acordo com a solicitação da PGE. **Dra.**  
489 **Marilene da Páscoa Barros** - SECITECE de acordo. **Dr. Felipe Gomes**  
490 **Cavalcante** - CONPAM de acordo. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares**  
491 - Eu concordo com aquela mesma ressalva: para que seja designada  
492 uma pessoa, formalmente, a fim de que ela fique responsável pelo  
493 andamento do processo. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - CAOMACE  
494 também concorda. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Então, 07 (sete)  
495 votos favoráveis e 01 (uma) abstenção também no de 2008. **Dr.**  
496 **Lauro Linhares Leite** - Vossa Excelência poderia colocar na  
497 próxima reunião os resultados em relação a essa votação, se foi  
498 realmente efetivada... **Dr. Germano Vieira da Silva** - Acho  
499 razoável. **Dr. Lauro Linhares Leite** - Além dos relatórios dos  
500 processos que foram entregues aqui a cada um dos membros do  
501 Conselho, colocar também a apresentação... **Dr. João Gualberto**  
502 **Feitosa Soares** - Andamento e marcha dos processos. **Dr. Germano**  
503 **Vieira da Silva** - Marcela, isso daí é para a gente. Na próxima  
504 reunião a gente deve trazer um pequeno relatório. **Marcela**  
505 **Saldanha** - Inclusive no processo que foi dado entrada aqui para  
506 pedir a prorrogação, a gente já trouxe os relatórios. Eles já

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

507 estão aqui constando no processo, mas apresentaremos na próxima  
508 reunião. **Dr. Germano vieira da Silva** - O andamento foi dado  
509 neste mês a partir de hoje. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** -  
510 Senhor Presidente, a pessoa dá entrada no ofício pedindo a  
511 prorrogação, e daí que chegue na mão, passa quatro ou cinco  
512 dias. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Acho razoável. **Dr. João**  
513 **Gualberto Feitosa Soares** - Ai as pessoas não ligam, não vêm  
514 atrás. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Pessoal, a nossa pauta já  
515 se foi. Vamos encerrar aqui. Vai ter um pequeno intervalo agora,  
516 mas eu ressalvo que nossos assuntos mais imprescindíveis já  
517 foram deliberados. Por uma questão realmente de protocolo eu  
518 devo passar a palavra a algum membro que queira se expressar  
519 sobre algum assunto. Nosso colega aqui já fez a parte dele e  
520 acho razoável, e na próxima reunião a gente vai trazer esse  
521 andamento. Existe algum membro com interesse em falar? **Dr. João**  
522 **Gualberto Feitosa Soares** - Como todos nós sabemos, os depósitos  
523 não estão sendo identificados pelo órgão que faz o depósito na  
524 conta do FDID. Há muitos anos nós estamos lutando para que esses  
525 depósitos sejam identificados. No que concerne ao DECON, que  
526 seja indicado por Promotoria e pela fiscalização, pois as  
527 Promotorias multam e a fiscalização está subordinada diretamente  
528 ao Secretário Executivo. Então eu solicito a Vossa Excelência  
529 que seja ultimada essa providência no sentido de que esses  
530 depósitos sejam identificados para a pessoa saber quem é o  
531 responsável por aquele depósito. **Dr. Germano Vieira da Silva** - É  
532 importante e acho razoável também. Pergunto a Ivonete aqui, quem  
533 é a secretária do Conselho, é você mesma? **Maria Ivonete Batista**  
534 **Albuquerque** - Eu trabalho na Secretaria Executiva do CEG/FDID.  
535 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu acho isso importante, e acho  
536 que nós devemos providenciar. Pergunto aos demais membros se  
537 alguém quer fazer uma colocação a mais sobre esse assunto.  
538 Concordam todos? Então eu acho que a gente deve, no caso,  
539 deliberar aqui que se determine que se ultime as providências  
540 para que seja concretizado, ou seja, nas próximas oportunidades,  
541 os depósitos quando inclusive a gente aqui tiver acesso a esse  
542 pequeno extrato aqui, que tenhamos também a discriminação de  
543 quem realizou o depósito. A Ivonete tem algo novo para falar  
544 para a gente. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Eu já havia  
545 falado para o Dr. Gualberto, que esse processo estava na  
546 comissão de licitação para fazer o contrato com o banco que vai  
547 prestar o serviço de identificação dos depósitos. **Dr. João**  
548 **Gualberto Feitosa Soares** - É porque muitas vezes, por exemplo: a  
549 pessoa faz um depósito, e esse tipo de3 depósito mesmo sendo  
550 original, devemos identificar o pagamento. Ela responde fazendo  
551 a ressalva de que houve o depósito, pois não pode dizer quem fez  
552 porque não tem como identificá-lo. Resultado: lá, um dos

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

553 artificios para você procurar mais ou menos, é você não botar a  
554 mesma UFIR. Vamos dizer: 500 UFIRs - coloca-se 502, 503, 505,  
555 449, porque ai você vai identificar por aquele valor. **Dr.**  
556 **Germano Vieira da Silva** - Interessante é que haja a  
557 identificação correta dos depósitos. **Dr. João Gualberto Feitosa**  
558 **Soares** - Exatamente. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Não sei se é  
559 conveniente, mas de qualquer forma é um assunto que me ocorreu  
560 vindo para cá, e eu queria compartilhar com todos para se  
561 acharem importante deliberar. Nós temos muitos projetos aqui  
562 aprovados e os proponentes vão executá-los, e a fiscalização que  
563 o Conselho faz é mais estático. Ele recebe relatório documental.  
564 Esse é um assunto para a gente deliberar depois, se achar  
565 importante. O que acham se o Conselho formasse uma pequena  
566 comissão de quem se interessar, sei lá, para comparecer em loco  
567 ou diligenciar diretamente junto ao objeto executado, para  
568 constatar se esse projeto está sendo bem executado, se está  
569 correto? Não sei se isso foi proposto aqui, mas é algo que me  
570 ocorreu. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Uma parte: como a  
571 Marcela sabe, eu já estive na PGE para ver o andamento desses  
572 projetos aqui e eles continuam na mesma, não é? Eu fui sim a  
573 PGE, e falei com o coordenador dos projetos Dr. Fábio e com a  
574 Marcela que estava lá. Então foi pedido um relatório e esse  
575 relatório está quase igual ao que já veio antes. Não é Marcela,  
576 não foi isso? **Dr. Germano Vieira da Silva** - É para não lhe  
577 sobrecarregar, e tendo em vista que alguns projetos envolvem um  
578 montante de recursos maior. Em relação a esses, se fosse formada  
579 uma comissão e o Conselho deliberasse a formação de uma comissão  
580 dos próprios membros. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - O Regimento  
581 Interno não faculta isso? **Dra. Rimena Alves Praciano** - O próprio  
582 convênio tem uma cláusula que diz que a qualquer tempo... **Dra.**  
583 **Vanja Fontenele Pontes** - Não, ai é uma questão de fiscalização  
584 em tese que já existe normalmente. A proposta do Dr. Germano se  
585 eu entendi bem, é que o Conselho crie uma comissão permanente ou  
586 provisória. E ai a minha indagação é: o Regimento Interno, ele  
587 não tem alguma previsão no sentido de criação de comissões?  
588 Porque se não, vai ter que criar, não é? **Maria Ivonete Batista**  
589 **Albuquerque** - A Secretaria Executiva é quem faz essa  
590 fiscalização. O próprio Manual Básico diz que é ela quem  
591 acompanha. Eu já fui a PGE, CONPAM, inclusive quando da  
592 prestação de contas. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A minha  
593 indagação é exatamente porque se o Regimento Interno prevê  
594 coisas, a criação dessa natureza, fica mais fácil deliberar  
595 nesse sentido. Se ele não prevê, e o Conselho realmente achar  
596 importante a criação, aí teria que ser feito uma alteração no  
597 Regimento. **Dr. Germano Vieira da Silva** - É um assunto para a  
598 gente deliberar nas próximas reuniões. Então, pergunto se mais

ATA DA 62ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de junho de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

---

599 alguém deseja falar. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Eu gostaria.  
600 Eu gostei muito da ideia do senhor, e diante mão, eu me coloco à  
601 disposição para compor essa comissão. Lembro também uma comissão  
602 antiga que a gente quer formar aqui, faz muito tempo, não é  
603 Ivonete? Essa comissão é para estar sempre estudando e vendo a  
604 necessidade de alguma alteração que seja na legislação. Também  
605 poderia vir junto com essa acumulando também o serviço. **Dr.**  
606 **Germano Vieira da Silva** - Eu pensei nisso porque a atuação do  
607 Conselho ficaria mais dinâmica, certo? Então eu encerro aqui os  
608 trabalhos, e agradeço o comparecimento de todos. Aproveito  
609 também para pedir desculpas pelo atraso, o trânsito não me  
610 deixou chegar no horário, mas está aqui o pedido de desculpas  
611 formalizado. Até a próxima reunião.

612

**Germano Vieira da Silva**  
Vice-Presidente do **CEG FDID**

**Felipe Gomes Cavalcante**  
Conselheiro - **CONPAM**

**Marilene da Páscoa Barros**  
Conselheira - **SECITECE**

**Lauro Linhares Leite**  
Conselheiro - **SECULT**

**Rimena Alves Praciano**  
Conselheira - **SESA**

**Vanja Fontenele Pontes**  
Conselheira - **CAOMACE**

**João Gualberto Feitosa Soares**  
Conselheiro - **DECON**

**Antônia Helena Teixeira Gomes**  
Conselheira - **SEFAZ**